



Relatório da Reunião da Condsef/Fenadsef com os Servidores da SRT-ME

Data: **22/05/2020 (Videoconferência).**

Relatoria: **Beth Lima.**

Pauta: **Informes; Conjuntura; Ameaça de Suspensão do Trabalho Remoto; Metas de Avaliação de Desempenho; Condições de Trabalho; Dia Nacional de Lutas 27/05/2020; Encaminhamentos.**

Informes

A direção da Condsef/Fenadsef informou sobre duas ações políticas adotadas recentemente, neste período de isolamento social em virtude da pandemia pelo novo coronavírus, quais sejam: 1) assinatura do pedido de impeachment popular de Bolsonaro, por ataques contra a saúde pública e contra a democracia, que foi protocolado no Congresso Nacional no dia 21 de maio. Esta iniciativa contou com a adesão de mais de 400 organizações populares, entidades, partidos de oposição e representantes das lutas do campo, da cidade e das florestas; 2) ingresso de ação civil pública contra a União por assédio moral institucional contra servidores e também contra o serviço público. Os ataques aos servidores têm se tornado rotina no governo Bolsonaro, com a utilização de expressões ou caracterizações, tais como: “promotores de balbúrdia, idiotas úteis, massa de manobra, parasitas e, recentemente, também, como “inimigos”.

Foi também informada sobre a decisão da última reunião do FONASEFE - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais - em manter o calendário de lutas, que aponta o 27 de maio como dia nacional de luta, quando será realizada ação de rua, com adoção de medidas de proteção e de distanciamento social, para marcar o protesto.

Conjuntura

O cenário atual de aprofundamento da crise econômica mostra um quadro de ofensiva burguesa sobre os trabalhadores, com demissões, suspensão de contratos de trabalho, redução salarial e o aumento da superexploração. O Brasil já ultrapassa 12 milhões de desempregados e o desemprego segue crescendo neste período de pandemia. Além disso, a realidade é marcada por um governo neoliberal e neofascista, que se utiliza de constantes ameaças à democracia e à saúde do povo brasileiro. Com a crise do novo coronavírus, o que se viu por parte do governo Bolsonaro foram medidas que beneficiam os que mais lucraram nestes últimos anos, tais como a liberação de R\$ 1,2 trilhão dos cofres públicos aos bancos. Mesmo o recente pacote anunciado pelo governo federal aos estados e municípios, no valor de R\$ 85 bilhões, é insignificante perto do que foi liberado aos banqueiros.

Para a parte da sociedade que mais necessita do apoio do Estado houve apenas a concessão de um auxílio emergencial por três meses de R\$ 600,00 (seiscentos reais), cujo valor inicial proposto pelo governo federal ficava na ordem de R\$ 200,00 (duzentos reais). Os servidores e o Serviço Público seguem sendo alvos de ataques constantes do Governo Bolsonaro, com declarações aviltantes do ministro da economia, Paulo Guedes, que os considera inimigos, discorrendo de forma desrespeitosa sobre retirada de direitos, congelamento salarial, redução de salários. A venda de empresas estatais, como a do Banco do Brasil foi explicitada na reunião ministerial de 22 de abril, quando ele afirmou que o BB é um caso pronto de privatização, dentre outras medidas de cunho neoliberal.

Bolsonaro, diante da maior crise sanitária dos últimos cem anos, à revelia das orientações das organizações e autoridades de saúde, adota uma postura negacionista e genocida, contrária ao isolamento social e favorável ao retorno à normalidade de todos os serviços públicos e do comércio, com a adoção apenas do isolamento vertical, pelo qual somente os que estão no grupo de risco é que devem permanecer isolados, colocando assim, a vida de milhões de brasileiros em risco. Os governos estaduais, apesar da adoção de ações com o intuito de garantir o isolamento social, seguem com medidas insuficientes para combater com eficácia a contaminação pelo novo coronavírus. O que se vê é um isolamento social parcial, cada vez mais frouxo, incapaz de controlar a disseminação da covid-19. Como também não há testagem em massa, o monitoramento e ações eficazes de combate à propagação do vírus são inviáveis e levam a uma subnotificação extremamente perigosa. É possível que estejamos caminhando para a pior tragédia humana da história deste país, com perdas de milhares de vidas que poderiam ser evitadas.

Importante destacar que além da questão econômica que move Bolsonaro a defender o fim do isolamento social está uma outra motivação, ainda mais inaceitável e aterradora: a execução da necropolítica, que vem sendo anunciada e executada sempre que possível sem nenhum constrangimento. A necropolítica é exercer o controle de quem pode viver e quem deve morrer - a política do extermínio, do uso ilegítimo da força e da desumanização do outro. No caso da pandemia, esta política é executada ao permitir deliberadamente que os grupos de risco sejam atingidos, uma vez que neles se concentra a maior possibilidade de morrer por complicações da doença: idosos e portadores de doenças crônicas, especialmente dentre os que são negros e pobres, moradores de favelas e periferias. Todos os indicadores mostram que as mortes se concentram fortemente em regiões pobres, numa discrepância assustadora sob qualquer ponto de vista, que coloca em risco não só a saúde pública, mas a democracia, a dignidade humana e todos os marcos civilizatórios.

Apesar dessa realidade caótica, é preciso observar que o cenário começa a se alterar com o enfraquecimento do governo Bolsonaro. Sabemos que para derrotar esse governo e todos os ataques é preciso mobilizar os trabalhadores. Se hoje batemos panelas nas janelas e gritamos Fora Bolsonaro, é porque é o possível neste momento, mas não podemos perder a perspectiva de que logo mais teremos que enfrentar esse governo nas ruas.

Algumas considerações sobre as condições das Superintendências Regionais do Trabalho

A realidade precária das condições de trabalho nas Superintendências Regionais permanece a mesma desde à época do extinto Ministério do Trabalho. Os locais de serviço sofrem com a falta de materiais mínimos para garantir um bom atendimento à população, tais como: caneta, papel, tintas para impressão, acesso à internet e velocidade adequada, dentre outras necessidades, além da ausência de concursos públicos para repor o quadro de pessoal.

Observa-se ainda que, durante este período de isolamento social, houve um aumento considerável da procura pelos serviços prestados pelo órgão, não só pelo aumento do desemprego no país, mas também por que os “parceiros” como PAT’s, POUPATEMPOS, UAI’s e as diversas denominações recebidas pelos estados, para fazer a recepção das solicitações dos requerentes, deixaram de prestar atendimento neste momento da pandemia, especialmente, agora que a população mais necessita dos nossos serviços.

Antes da chegada do novo coronavírus ao país, os serviços foram digitalizados pelo governo federal, porém o sistema não é intuitivo e está integrado a outros sistemas, que dificultam o acesso ou causam impeditivos para o êxito dos pedidos realizados pela população, além do colapso do 158, justamente neste período de pandemia. Para solucionar o problema dos usuários, devido à ausência de atendimento presencial por parte dos “parceiros”, o governo federal disponibilizou endereço de e-mail, o que vem diariamente acarretando um número absurdo de mensagens eletrônicas, sobrecarregando ainda mais as tarefas dos servidores federais, uma vez que esses serviços há anos foram descentralizados aos estados e municípios.

Destaca-se também que para a execução do trabalho remoto, além do problema da burocracia e de sistemas não inteligentes, o governo federal não ofereceu quaisquer equipamentos ou condições, como computadores, notebooks, internet, energia elétrica, deixando à cargo dos servidores a disponibilização de recursos próprios para garantir o funcionamento da máquina pública.

Por tudo isso, e com o intuito de buscar soluções, é preciso que o governo federal abra um canal de diálogo com as entidades representativas dos servidores.

Propostas aprovadas

1. Continuidade do Trabalho Remoto - Segundo dados oficiais o Brasil já registra 21.116 mortes e 332.382 casos confirmados de pessoas infectadas (22/05/2020), ocupando o 2º lugar no ranking mundial em termos de número de casos, num contexto de aumento acelerado de novas transmissões, internações e mortes. Diante deste quadro, consideramos inaceitável e temerária a abertura das unidades do serviço público federal, a partir de 19 de junho, e o retorno dos trabalhadores(as) aos locais de trabalho. É preciso preservar vidas, tanto dos servidores como da população, enquanto perdurar o pico da transmissão do novo coronavírus, garantindo o isolamento social.

O próprio Governo Federal aponta que, mesmo em quarentena, mais de 500 servidores públicos foram confirmados para a Covid-19 desde a segunda quinzena deste mês de maio. Os servidores têm muitos motivos para se preocuparem com o retorno aos locais de trabalho, porque sem as medidas protetivas de quarentena e isolamento social esses números certamente seriam bem maiores. É preciso considerar o risco adicional de transmissão para familiares e público atendido, aumentando as tragédias pessoais e sociais que caracterizam essa pandemia.

O isolamento social tem sido apontado como fundamental para conter o avanço do contágio pelo COVID-19, sendo, portanto, imprescindível que seja prorrogado o período de quarentena, mantendo-se em **trabalho remoto** os servidores de todas as Carreiras do Serviço Público Federal, enquanto perdurar o período de pico do contágio. Além disso, o governo federal precisa preparar adequadamente as condições para garantir o retorno seguro dos servidores aos locais de trabalho, com a disponibilização de escudo protetor, máscaras, luvas, álcool em gel, para não colocar em risco à vida desses trabalhadores e da população.

É importante destacar que o MPF e MPT propuseram ação contra a União para instituir o trabalho remoto no âmbito de todo o executivo federal, que tramita sob o número 1028547-52.2020.4.01.3400 perante a 21ª Vara da Justiça Federal.

- Avaliação de desempenho e metas para o próximo período - suspensão da avaliação de desempenho deste ano, repetindo-se os valores anteriores para efeito de pagamento da gratificação de desempenho. Verificar a necessidade de ingressar com alguma medida preventiva para que o trabalho que está sendo desenvolvido pelos servidores, através do trabalho remoto durante a pandemia, não seja colocado como parâmetro para cálculo de metas futuras.
- Fornecimento de materiais de proteção aos servidores como máscaras (com trocas) e outros materiais, de acordo com recomendações das organizações de saúde, tais como: luvas, álcool em gel, viseiras acrílicas, protetor acrílico nos guichês de atendimento. Planejamento e orientações às chefias e aos servidores de procedimentos e cuidados para evitar aglomerações entre os servidores em recintos fechados ou com a presença da população.
- Auxílio ou Indenização por trabalho remoto – esta reivindicação se justifica uma vez que os servidores vêm garantindo o funcionamento da máquina pública com os próprios recursos, tais como despesas com energia elétrica, internet e equipamentos de trabalho próprios, como computadores e notebooks.
- Regulamentação do trabalho remoto no âmbito da SRT-ME.
- Fornecimento de uniformes e materiais de EPI para todos os terceirizados (vigilantes, recepcionistas e trabalhadores da limpeza).
- Garantia de pagamento de salários aos trabalhadores terceirizados e suspensão das demissões durante a pandemia. Reversão das demissões dos terceirizados e novas contratações.


- Propor que, após o período da pandemia e do retorno aos locais de trabalho, o atendimento à população via e-mail seja suspenso, uma vez que o atendimento presencial de entrada do seguro desemprego é feito pelos governos estaduais e municipais (Poupatempo, CAT's e PAT's, UAI's, etc.). Adoção de Sistema de Atendimento Agendado, de acordo com a força de trabalho disponível em cada área.
- Melhoria dos sistemas com a disponibilização de serviços digitais inteligentes, visando a diminuição de intercorrências, lentidão e falhas nos programas e sistemas eletrônicos.
- Investimento em meios que possibilitem a orientação ao público quanto à utilização dos serviços online, com uma linguagem acessível a todos.
- Cursos de treinamento aos servidores nos casos de mudança de setor.
- Solução de problemas e gargalos provenientes de processos de trabalho das parceiras DATAPREV e SERPRO perante as plataformas digitais: Emprega Brasil, Gov.Br, Empregador web, Carteira de Trabalho Digital, SINE FÁCIL, etc.
- Retorno urgente do atendimento de 12 horas, em regime de turnos, já que amplia o horário de atendimento oferecido à população.
- Abertura da negociação urgente em todos os estados, entre os Superintendentes e as entidades estaduais para discussão dos problemas locais.

Encaminhamentos:

Requerimento para solicitar reunião com o Secretário do Trabalho por meio de videoconferência para discussão dos assuntos relativos às condições de trabalho, ao trabalho remoto, estratégias para a ocasião da abertura das Unidades, dentre outros pontos acima elencados.

Requerimento para reunião com a Secretaria de Gestão de Pessoas para tratar de assuntos pertinentes ao quadro de pessoal, avaliação de desempenho, adequação de permissões para a utilização de equipamentos pelos servidores em trabalho digital, adicional de Insalubridade para servidores em áreas de risco no atendimento ao público em face ao COVID-19, concurso público, questão salarial, carreira, dentre outros pontos acima elencados.

Brasília-DF, 22 de maio de 2020.


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef